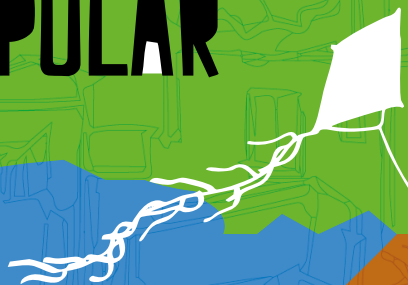


CONHECER PARA TRANSFORMAR

GUIA DE MAPEAMENTO POPULAR



MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CONHECER PARA TRANSFORMAR

GUIA DE MAPEAMENTO POPULAR



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministro das Cidades

Jader Barbalho Filho

Secretário Nacional de Periferias

Guilherme Simões Pereira

Chefe de Gabinete

Vitor Araripe Freire Pacheco

Coordenador-Geral de Gestão (CGC)

Paulo Guedes

Assessora do Gabinete

Daniela Buosi Rohlfs

Assessor do Gabinete

Josué Medeiros de Freitas

Estratégia de Mobilização e Fomento de Potências Periféricas

Daniilo Pereira Cuin - Coordenador

Julia de Almeida Magnoni

Arthur Junqueira

Juliana de Carvalho Ferreira Pinto

Kaísa Isabel da Silva Santos

Leonardo Oliveira Muniz da Silva

Mariana Sarmento Patrone

Talita Stael Pimenta da Silva Costa

Thiago Pereira Melo

Diretor do Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco (DPR)

Rodolfo Baêso Moura

Coordenação-Geral de Apoio a Planos (CGPR)

Leonardo Santos Salles Varallo

Coordenação-Geral de Articulação (CGA)

Samia Nascimento Sulaiman

Diretor de Regularização, Urbanização Integrada e Qualificação de Territórios Periféricos (DEPE/ SNP/MCID)

Flávio Tavares Brasileiro

Coordenação-Geral de Urbanização Integrada (CGURB)

Henrique Soares Rabelo Adriano

Coordenação-Geral de Articulação e Planejamento (CGAP)

Luana Alves de Melo

Coordenação-Geral de Regularização Fundiária (CGREG)

Samuel da Silva Cardoso

ELABORAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Andresa dos Santos Oliveira

Bruna Garritano Ferreira

Camila Leal Costa

Edgar Ramos Barra

Fábio Marciano de Moraes

Fernando da Silva Soares

Flávio Tavares Brasileiro

Guilherme Simões Pereira

Isis Thayzi Silva de Souza

Joelma de Sousa dos Santos

Leonardo Boezio Alves Marques

Luan Silva Melo

Marcus Bros

Talita Stael Pimenta da Silva Costa

Thiago Pereira Melo

Organização da Publicação

Camila Leal Costa

Luan Silva Melo

Talita Stael Pimenta da Silva Costa

Thiago Pereira Melo

Consultoria Técnico - Científica

João Porto de Albuquerque

Suzana Daniela Rocha Santos e Silva

Mapeamento Popular Territórios Pilotos

Alessandra da Silva Figueiredo - Apoio Técnico

Creusa Maria Ribeiro de Araújo Neto - Apoio Técnico

Dacirlyne Costa de Sousa - Mapeadora Popular Aratu

Diogo Alex Rivas de Souza - Mapeador Popular Vila Nova Jaguaré

Emília Ferreira Sales Neri - Mapeadora Popular Aratu

Elizabeth Lima da Rocha - Mapeadora Popular Ayrton Senna

Gilvânia Reis Gonçalves - Mobilizadora São Paulo

Joyce Vieira dos Santos - Mobilizadora Acre

Lígia Luis Freitas – Mobilizadora Paraíba
Loba Makua – Mobilizadora Distrito Federal
Paulo Victor Rodrigues Moreira – Mapeador Popular Ayrton Senna
Pedro Ivo Batista Corrêa – Mapeador Popular Vila Nova Jaguaré
Valquíria Ferreira Dias – Mapeadora Popular Santa Luzia
Vanessa Ferreira Dias – Mapeadora Popular Santa Luzia

Projeto Gráfico e Diagramação

Oyá Design

Fotografia

Fabiana Batista
Leandro Vaz
Natália Gomes

Revisão

Julia Magnoni

EQUIPE DO MAPA DAS PERIFERIAS

Coordenação

Talita Stael – Coordenadora
Thiago Melo – Assessor Técnico Especializado
Camila Leal – Assessoria de Editais e Conteúdo
Suzana Rocha Santos – Assessoria de Governança

Gestão de Dados e Informação

Kyle Felipe Roberto – Coordenador
Larissa Schmillevitch
Jorge Godoy
Felipe Limeira
Gilson Paulo Santos
Lucas Pirola
Andressa Cardoso
Camila Catalano
Marbrisa das Virgens
Raiza Tomazoni

Mapeamento Popular

Luan Silva Melo – Coordenador
Edgar Barra
Fernando Soares
Isis Thayzi Silva
Leonardo Boezio

O Mapa das Periferias contou com o apoio de muitas mãos para sua construção. Agradecemos aqui aos bolsistas que participaram do projeto ao longo deste processo, trazendo uma valiosa contribuição para esta iniciativa.

Andresa Oliveira
Bruna Garritano
Bruno Fonseca
Chayenne Furtado
Fábio de Moraes
Fernando Túlio
Gabriele Câmara
Hannara Catarine
Hugo Salgueiro (In memoriam)
Joelma de Sousa
Loba Makua
Luiz Sanches
Marcus Bros
Marcello Benigno
Matheus Coelho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. Mapa das Periferias
Conhecer para transformar [livro eletrônico] : guia para mapeamento popular / Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Periferias. Mapa das Periferias -- Brasília, DF : Ministério das Cidades, 2025.
PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-85-7958-094-9

1. Mapas 2. Periferias urbanas 3. Planejamento urbano 4. Políticas públicas 5. Urbanismo I. Título.

25-279143

CDD-307.1216

Índices para catálogo sistemático:

1. Planejamento urbano : Sociologia 307.1216

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415





APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL



A Secretaria Nacional de Periferias (SNP) foi criada dentro da estrutura do Ministério das Cidades, a partir de 2023, e demarca uma inovação institucional histórica na agenda da política urbana e na busca pela redução das desigualdades socioespaciais no Brasil. Ao estabelecer um recorte de atuação territorial para a SNP – as periferias urbanas –, o Governo Federal se coloca o desafio de promover uma abordagem holística e integrada para enfrentar a multiplicidade de carências e vulnerabilidades impostas aos sujeitos periféricos.

A partir da compreensão das periferias brasileiras para além das vulnerabilidades, a SNP tem se empenhado em reconhecer a pluralidade, identidade e potencialidades existentes nesses territórios. Diante desse desafio, nasce o Mapa das Periferias, uma plataforma com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas nos territórios periféricos, reunindo dados sobre as políticas públicas da Secretaria Nacional de Periferias e de outras áreas como saúde, educação, assistência social, favelas e comunidades urbanas (IBGE) e, principalmente, informações inéditas sobre as potencialidades periféricas de iniciativas locais decorrentes de mobilização, organização e engajamento comunitário que já acontecem ao redor do país fortalecendo a luta por justiça social.

Para ampliar esse conhecimento sobre as periferias foi desenvolvido também o Mapeamento Popular, um instrumento de automapeio que apresenta as potencialidades e vulnerabilidades dos territórios a partir do olhar coletivo de quem vive nesses espaços. Desta forma, este Guia tem o propósito de

apresentar essas ferramentas e oferecer os insumos necessários para mobilizar e preparar àqueles que ensejam por mudanças nos territórios periféricos.

Esta iniciativa soma-se à outros programas e projetos da SNP para reduzir as desigualdades nas cidades como o Programa Periferia Viva, que tem como objetivo a melhoria das condições de vida nas periferias urbanas brasileiras, por meio da urbanização de favelas, trazendo infraestrutura urbana, recuperação ambiental, melhorias habitacionais, produção de moradias para eventuais reassentamentos, regularização fundiária e trabalho social, além de promover intervenções urbanísticas de qualificação. E o Periferia sem Risco, que consiste numa estratégia que orienta as ações do Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco da Secretaria Nacional de Periferias, com objetivo de fortalecer o desenvolvimento de capacidades locais de infraestrutura, planejamento, informação e participação social para enfrentamento das desigualdades e redução das vulnerabilidades relativas a riscos de deslizamento e inundação nas periferias brasileiras.

Portanto, é com alegria e entusiasmo que lançamos esta publicação, sabendo que o Mapa das Periferias e o Mapeamento Popular são importantes ferramentas para articular uma rede de iniciativas periféricas, fortalecer a luta por justiça social e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para territórios periféricos.

Introdução

Guilherme Simões Pereira
Secretário Nacional de Periferias



**Caravana das Periferias
São Paulo/SP, 2025**



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



SUMÁRIO

Introdução	11
1. O mapa das periferias	13
1.1. Antecedentes: o que as periferias revelam sobre o Brasil?	14
1.2. O que são periferias, vulnerabilidades e potencialidades?	16
1.3. Por que um mapa interativo?	18
2. O mapeamento popular	23
2.1. Para que mapear as periferias?	24
2.2. Como o mapeamento popular pode fortalecer as periferias?	26
2.3. Como montar um time de mapeamento?	28
3. Como fazer o mapeamento popular?	31
3.1. Etapa 01 - Preparação e mobilização	35
3.2. Etapa 02 - Como é meu território?	36
3.3. Etapa 03 - Colocando meu território no mapa	40
3.4. Etapa 04 - periferia no mapa	44
4. Periferia no mapa, e agora?	49
Referencial bibliográfico	52

Mapeamento Popular
Territórios Pilotos, 2024.



INTRODUÇÃO

Este Guia busca orientar o público em geral - população periférica, sociedade civil organizada, assessorias técnicas, pesquisadores e gestores públicos - no uso do Mapa das Periferias e na realização do Mapeamento Popular. Ambas as ferramentas foram desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Periferias, do Ministério das Cidades, com o objetivo de fortalecer a atuação de sujeitos periféricos na luta pelo direito à cidade incidindo para a transformação de seus territórios, bem como subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas aos territórios periféricos. Portanto, organizamos os conteúdos em quatro partes para facilitar a leitura:

1. O MAPA DAS PERIFERIAS

Uma seção que contextualiza o processo de urbanização e periferização no Brasil, bem como os principais conceitos que embasam a criação do mapa e apresenta a plataforma do mapa interativo.

2. O MAPEAMENTO POPULAR

Seção que apresenta a ferramenta do Mapeamento Popular e sua importância para as periferias como instrumento de mobilização e de incidência política e quem deve estar envolvido no processo.

3. COMO FAZER O MAPEAMENTO POPULAR?

Seção que detalha cada uma das etapas de elaboração do Mapeamento Popular e aponta caminhos possíveis para fortalecer as lideranças comunitárias em suas lutas nos territórios. Destacamos que este Guia tem como objetivo inspirar e estimular o uso das ferramentas aqui apresentadas e, especificamente no caso do Mapeamento Popular, é necessário visitar o site do Mapa das Periferias para acessar o detalhamento das informações expostas neste Guia, em materiais complementares de apoio ao processo de mapeamento.

4. PERIFERIA NO MAPA, E AGORA?

Com o território mapeado, abre-se uma nova etapa de mobilização e disputa por direitos. O Mapeamento Popular, enquanto prática de construção coletiva de saber e afirmação política das periferias, fornece uma base concreta para transformar dados em ação. Essa seção apresenta caminhos possíveis para a incidência política a partir das informações levantadas, como a formulação de Planos de Ação Popular e a reorganização dos grupos envolvidos para atuar estrategicamente na articulação com o poder público e novos parceiros. Boa leitura!

**Oficina de conceituação
do Mapa das Periferias com
iniciativas periféricas.
São Paulo/SP, junho 2024.**



1. O MAPA DAS PERIFERIAS

Você sabia que os mapas existem há mais tempo do que a escrita? Eles são ferramentas que ajudam a localizar, representar e compreender um determinado lugar ou realidade. Desde as pinturas rupestres — que indicavam caminhos, locais de abrigo e de caça — os mapas sempre foram utilizados como forma de orientação. No chamado período das grandes navegações, potências europeias utilizaram o mapeamento como instrumento de controle territorial e expansão colonial, muitas vezes apagando saberes locais e impondo novas formas de organizar o espaço. Atualmente, os mapas estão cada vez mais presentes no nosso dia a dia — nos aplicativos de celular que usamos para transporte, entregas, localização e diversos outros serviços.

Além disso, dentre as diversas funções que os mapas podem desempenhar, destaca-se aqui seu uso como recurso fundamental na definição de estratégias para o desenvolvimento territorial com justiça social. Se, historicamente, os mapas foram utilizados como instrumentos de dominação e apagamento de saberes locais, hoje é urgente produzir cartografias que expressem as vivências, demandas e potências dos territórios periféricos. É nesse contexto que nasce o **Mapa das Periferias** — um mapa interativo criado para

subsidiar a formulação de políticas públicas a partir e para os territórios periféricos. Ele reúne dados sobre as ações da Secretaria Nacional de Periferias como os territórios percorridos pela **Caravana das Periferias**, coletivos organizados reconhecidos pelo **Prêmio Periferia Viva** e atuação do **Programa Periferia Viva**, além de informações de outras áreas como saúde, educação e assistência social; dados sobre favelas e comunidades urbanas do IBGE; e, principalmente, **informações inéditas sobre as iniciativas e potencialidades desses territórios**, fruto da mobilização, organização e engajamento comunitário que já acontecem em todo o país.

Outra inovação que o Mapa das Periferias apresenta é a ferramenta do **Mapeamento Popular**, um instrumento que permite que iniciativas periféricas identifiquem de maneira coletiva as potencialidades e vulnerabilidades existentes em seus territórios. A partir desse processo, as comunidades podem se mobilizar, fortalecer sua organização local e ampliar sua capacidade de incidência política em diferentes escalas, contribuindo para a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades vividas nas periferias.

Assim, o Mapa das Periferias se apresenta como um espaço estratégico de consulta para comunidade periférica em geral e organizações da sociedade civil, que buscam informações e conexões para reivindicar direitos básicos na luta pelo direito à cidade, incidindo em políticas públicas para a transformação de seus territórios, como também para gestores públicos e pesquisadores que pretendem lançar um olhar mais qualificado para elaboração de estudos, programas e projetos voltados às periferias.

1.1. Antecedentes: o que as periferias revelam sobre o Brasil?

A forma como as cidades brasileiras cresceram ao longo do tempo não é resultado do acaso. O jeito como os territórios foram ocupados expressa escolhas feitas ao longo da história do país — escolhas que concentraram terra, moradia e dignidade nas mãos de poucos, deixando a maioria da população de fora dos benefícios da cidade formal.

No campo, a terra ficou com os grandes. Durante séculos, o Brasil funcionou com base no trabalho forçado de pessoas escravizadas, principalmente negras e indígenas. E mesmo depois do fim oficial da escravidão, os caminhos para reparação nunca foram de fato construídos. A desigualdade se manteve: quem já tinha tudo seguiu com seus privilégios, e quem teve seus direitos historicamente negados continuou sem acesso à terra, à moradia, à escola, à saúde e aos serviços básicos.

Nas cidades, essa mesma lógica se repetiu. Quem tinha poder político e econômico passou a ocupar

os espaços com melhor infraestrutura, serviços e oportunidades. Já a maior parte da população — **pessoas negras, indígenas, mulheres, migrantes e empobrecidas** — foi empurrada para áreas pouco valorizadas, muitas vezes em **morros, alagados, beiras de rio, encostas íngremes, zonas sujeitas a enchentes, deslizamentos e outras situações de risco ambiental**. Muitos desses lugares não tinham — e ainda hoje não têm — **nem mesmo CEP ou reconhecimento formal por parte do Estado**.

Esses territórios passaram a ser chamados de periferias. Mas a periferia não é apenas o que está longe do centro. Periferia é também o lugar **onde o direito à cidade chega com menos força**. É onde a população enfrenta **a precarização da moradia, da mobilidade, da segurança, da saúde, da cultura, do lazer, da conectividade e da própria presença do poder público**. Ao mesmo tempo, **a periferia também é território fértil para o surgimento de alternativas populares**: formas criativas, coletivas e potentes de construir cidade, de cuidar do que é comunitário e de reivindicar direitos. Das dificuldades nascem soluções, saberes, redes de solidariedade e propostas que inspiram o futuro.

Durante o século XX, **enquanto a sociedade brasileira passava por uma transição de maioria rural para maioria urbana**, o número de pessoas morando nas cidades aumentava rapidamente — **sem que as estruturas estivessem preparadas para recebê-las**. Nesse contexto, muitas obras públicas foram realizadas com o discurso de modernizar o país. Mas, na prática, muitas dessas intervenções aconteceram sem diálogo com os moradores das periferias. Em nome do "progresso", comunidades foram removidas, casas demolidas, famílias expulsas — muitas vezes sem qualquer alternativa digna de

permanência. Assim foi sendo construída uma cidade dividida: de um lado, bairros com estrutura e serviços; do outro, **periferias autoconstruídas, organizadas pela luta coletiva**, mas ainda hoje com acesso precário a direitos básicos.

Essa divisão não foi acidente. Durante muito tempo, as decisões sobre o futuro das cidades foram tomadas sem ouvir os territórios populares. **As vozes das quebradas, vilas, favelas, ocupações, comunidades tradicionais e assentamentos urbanos** foram ignoradas, o que ajudou a aprofundar a desigualdade que marca nossas cidades até hoje.

Mas essa história também é feita de luta. Diante da ausência ou da violência institucional, **as periferias se organizaram**. Muitas conquistas vieram da força coletiva dos próprios moradores. Associações de bairro, mutirões, ocupações, cooperativas, redes comunitárias e movimentos sociais abriram caminhos, conquistaram infraestrutura, criaram escolas populares, espaços culturais, hortas urbanas e formas solidárias de viver na cidade. **A periferia mostrou — e continua mostrando — que tem força política, inteligência coletiva e projetos concretos de transformação.**

É justamente esse acúmulo de experiências que inspira **a recriação do Ministério das Cidades e a criação da Secretaria Nacional de Periferias, em 2023**. A Secretaria nasce reconhecendo que o Estado brasileiro, por muito tempo, falhou com as periferias — mas também afirmando que essa história pode (e deve) ser diferente. **Não se trata de começar do zero, nem de apagar o passado**, mas de dar continuidade às lutas históricas dos movimentos populares e aos avanços das políticas públicas anteriores. Assim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assume com mais firmeza o compromisso com uma atuação territorial e intersetorial.

A Secretaria Nacional de Periferias representa, portanto, **um passo importante na construção de um novo jeito de fazer política pública urbana no Brasil** — partindo dos territórios, ouvindo quem vive a cidade todos os dias, e valorizando as soluções que já existem nas periferias. Porque **não há justiça urbana sem justiça territorial**, e não há cidade justa sem o protagonismo das periferias.

VOCÊ SABIA?



O Ministério das Cidades foi criado no primeiro Governo Lula em 2003 e simbolizou uma inovação institucional na agenda da política urbana e na busca pela redução das desigualdades socioespaciais no Brasil. Essa criação foi fruto de muita luta iniciada ainda no período do regime militar pelos movimentos sociais da reforma urbana, profissionais, lideranças sociais, integrantes da igreja católica, parlamentares, servidores públicos, entre outros. Porém, ao longo da última década, as ações do governo federal foram sendo descontinuadas e em 2019 o ministério foi extinto, demarcando a negligência com as questões urbanas. Por isso a recriação do Ministério das Cidades e a criação da SNP vinte anos depois é um novo marco na história da política urbana brasileira.

1.2. O que são periferias, vulnerabilidades e potencialidades?

As formas de nomear os lugares onde vivem as classes populares nas nossas cidades são tão diversas quanto o próprio território brasileiro. Em Belém, fala-se em bairros de palafita; em Macapá, áreas de ressaca; em Rio Branco, a baixada e os bairros; em Recife, os mocambos, os alagados e os altos; em Maceió, os grotões; em Salvador, os subúrbios; no Rio de Janeiro, os morros, as favelas, os complexos; em São Paulo, a quebrada, a COHAB, as ocupações; no Distrito Federal, a Estrutural, as invasões, a cidade-satélite, o entorno; em Belo Horizonte, os aglomerados; e em Porto Alegre, as vilas. Cada nome carrega uma história, uma forma de viver e de resistir.

As periferias brasileiras são territórios que expressam, ao mesmo tempo, a segregação urbana, racial, territorial e social presente nas cidades. Historicamente associadas à exclusão e à ausência de infraestrutura, as periferias são hoje também espaços de resistência, identidade e criatividade popular. Quando moradores e moradoras desses territórios se apropriam do termo, resignificando-o, estão afirmando sua força: reivindicando direitos, participação política e protagonismo nas transformações da cidade.

Toda a conceituação aqui apresentada é fruto de um longo processo de pesquisa e oficinas virtuais e presenciais que aconteceram durante o primeiro semestre de 2024 e contaram com a participação de mais de 100 pessoas de instituições de pesquisa, órgãos públicos e iniciativas periféricas, além de toda a equipe técnica do Mapa das Periferias.

As periferias caracterizam-se por estarem excluídas dos direitos urbanos fundamentais, como moradia digna, acesso ao saneamento e direito à mobilidade. Também sofrem, de forma mais intensa, o impacto dos eventos extremos gerados pela emergência climática, o que tem sido chamado de “injustiça climática”. Mas também carregam consigo uma infinidade de potencialidades, essas muitas vezes invisibilizadas, por discursos pejorativos ou pela negligência dos poderes públicos na promoção da cidadania.



Oficina de conceituação do Mapa das Periferias.
São Paulo/SP, junho 2024.

De forma geral, as **vulnerabilidades** socioterritoriais são fruto de processos históricos que limitaram a presença do Estado e o alcance das políticas públicas nas diferentes esferas de governo. Mesmo ocupando grandes porções do território urbano, as periferias convivem com a ausência ou precariedade de planos e programas, de equipamentos, de infraestrutura, de moradia digna, mobilidade, espaços de cultura e lazer, serviços de saúde, educação, assistência social, segurança alimentar, e acesso à justiça. Essas vulnerabilidades não se resumem à renda, mas atravessam diversos aspectos da vida cotidiana.

Na perspectiva das periferias, as vulnerabilidades têm múltiplas dimensões — e compreender isso exige olhar também para o território em si. Isso significa considerar fatores sociais, coletivos e individuais, e também aspectos geográficos. Para entender a vulnerabilidade de um território e de suas pessoas, é preciso um olhar sistêmico, que veja o todo. A distância — geográfica e social — imposta às populações mais pobres ajuda a explicar por que esses territórios seguem sendo vulnerabilizados. Ainda assim, é da própria periferia que surgem formas de resistência e inventividade para enfrentar e transformar essa realidade.

Embora seja um conceito amplo, as **potencialidades** nos territórios periféricos podem ser compreendidas como a capacidade de fazer, reinventar e criar, tanto no cotidiano quanto nas formas coletivas de organização. Essas potências se expressam pela arte, pela cultura, pela mobilização comunitária, pela participação popular, pelas narrativas locais, pela economia criativa e pela luta organizada pelo direito à cidade. Elas confrontam os estigmas que associam as periferias apenas à pobreza, à violência ou à marginalidade.

As tecnologias sociais são um exemplo concreto dessas potências. Nasceram das periferias como respostas criativas e eficazes aos desafios enfrentados no dia a dia. A geração cidadã de dados, por exemplo, mostra como as comunidades podem produzir suas próprias informações, tornando visíveis problemas e desigualdades que muitas vezes são ignorados pelas instituições. Isso também revela a potência de se organizar politicamente: os planos populares, produzidos por coletivos e movimentos, são instrumentos de resistência e de incidência por políticas públicas mais justas.

A palavra potencialidade pode ter muitos significados, mas, no contexto das periferias, entendemos como o **poder de agir, de criar e de inovar a partir da realidade vivida**. Para nós, a potência está nas pessoas, em suas iniciativas, na criatividade coletiva e nas tecnologias que surgem das quebradas. São exemplos disso a transmissão oral da história dos territórios; os saberes dos mais velhos, presentes nas benzedadeiras e raizeiras; os movimentos culturais como o hip-hop e os bailes; as organizações comunitárias, como associações de bairro; e também formas de gerar renda no território. Tudo isso compõe a riqueza das comunidades, desmontando a ideia de que nas favelas só existem pobreza, violência e desigualdade. Ao contrário: é dessa potência que nasce a possibilidade de transformação. Por isso, as potencialidades das periferias devem ser reconhecidas, valorizadas e incorporadas na formulação de políticas públicas voltadas para esses territórios.

Diante da diversidade de nomes, contextos e experiências, é fundamental oferecer referências conceituais que ajudem a formular políticas públicas coerentes com essa realidade complexa.

Ao abordar os conceitos de potencialidades e vulnerabilidades, é importante lembrar que eles não são opostos nem excludentes. Ao contrário: estão profundamente conectados. Em muitos casos, as soluções mais inovadoras surgem justamente das condições adversas, como resposta coletiva aos desafios enfrentados cotidianamente.

Por isso, **superar as vulnerabilidades passa necessariamente por reconhecer, fortalecer e apoiar as potências que já existem nas periferias**. Políticas públicas eficazes precisam considerar essa relação — enxergando as periferias não só como espaços de carência, mas como territórios vivos de criação, mobilização e transformação social.

1.3. Por que um mapa interativo?

Para a promoção de políticas públicas e a incidência nas periferias, é preciso ter acesso à informação. Diante da complexidade já apresentada, torna-se necessário contar com uma diversidade de dados, tanto quantitativos quanto qualitativos, que permitam realizar leituras integradas — desde uma visão geral até a compreensão mais específica de cada território periférico. Nesse sentido, diferentes órgãos do setor público dedicam-se a medir e avaliar as desigualdades socioterritoriais, como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que desde 1936 retrata a realidade da população brasileira por meio de contagens populacionais, levantamentos socioeconômicos e identificação de favelas e comunidades urbanas, sendo o principal provedor de dados e informações do país.

O **mapa interativo** do Mapa das Periferias é, portanto, uma ferramenta criada pela Secretaria Nacional de Periferias, com uso de tecnologias livres, para organizar informações e qualificar a formulação de políticas públicas voltadas aos territórios periféricos. Com dados sobre ações da Secretaria, equipamentos públicos, infraestrutura, saúde, educação, assistência social, iniciativas locais, potencialidades, vulnerabilidades e informações do IBGE, a plataforma favorece o reconhecimento e a conexão entre iniciativas periféricas, formando redes. Além disso, permite a sobreposição de diferentes camadas de dados, ampliando o olhar sobre as realidades das periferias.

Na plataforma você vai encontrar uma **biblioteca de camadas** que podem ser ativadas de acordo com o interesse de pesquisa de cada **cidadão**. Essas consultas podem ser auxiliadas pelo uso de **filtros** ou mesmo complementadas **importando dados** externos à plataforma. Além disso, funcionalidades de **desenho, medição, seleção e impressão** estão disponíveis para aprimorar o contato com a ferramenta. Outro destaque é o espaço dos **estudos temáticos** onde são disponibilizados mapas que permitem uma rápida visualização de informações importantes para análises territoriais, como por exemplo, domicílios, cor e raça, entre outros.

As informações disponíveis na Biblioteca de Camadas e nos Estudos Temáticos estão em constante atualização. À medida que novas iniciativas periféricas surgem, que as políticas da SNP avançam ou que outros órgãos disponibilizam dados relevantes, o mapa incorpora esses conteúdos para refletir melhor a realidade dos territórios.



Acompanhe as atualizações em nosso site e ajude a manter o mapa vivo e em movimento!

Ao buscar dados sobre as periferias brasileiras, ainda nos deparamos com lacunas importantes — como, por exemplo, a ausência do traçado de muitos territórios em mapas digitais de base, que aparecem apenas como grandes manchas, sem detalhamento. Também faltam dados mais próximos da realidade local, capazes de traduzir as especificidades de cada território. Essa invisibilidade contribui significativamente para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais e ambientais, ampliando as vulnerabilidades que afetam a população periférica. Além disso, como já mencionado, reconhecer esses territórios apenas por suas vulnerabilidades é limitador e excludente. É fundamental também revelar suas potências e valorizar o que as comunidades têm de melhor.

VOCÊ SABIA?

O Mapa das Periferias é um mapa interativo que nasceu para reunir informações para **auxiliar na formulação de políticas públicas para as periferias no Brasil e na mobilização de iniciativas periféricas**. Nele você encontra as ações do Governo Federal em diversas áreas, dados do IBGE sobre favelas e comunidades urbanas e dados inéditos do **Mapeamento Popular** levantados pela própria periferia.

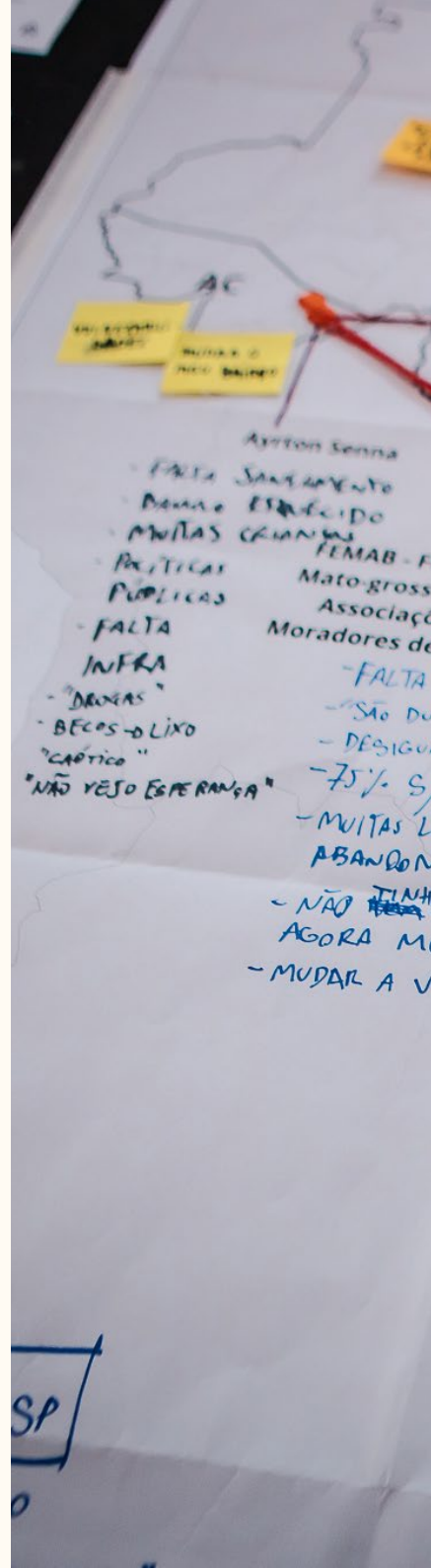


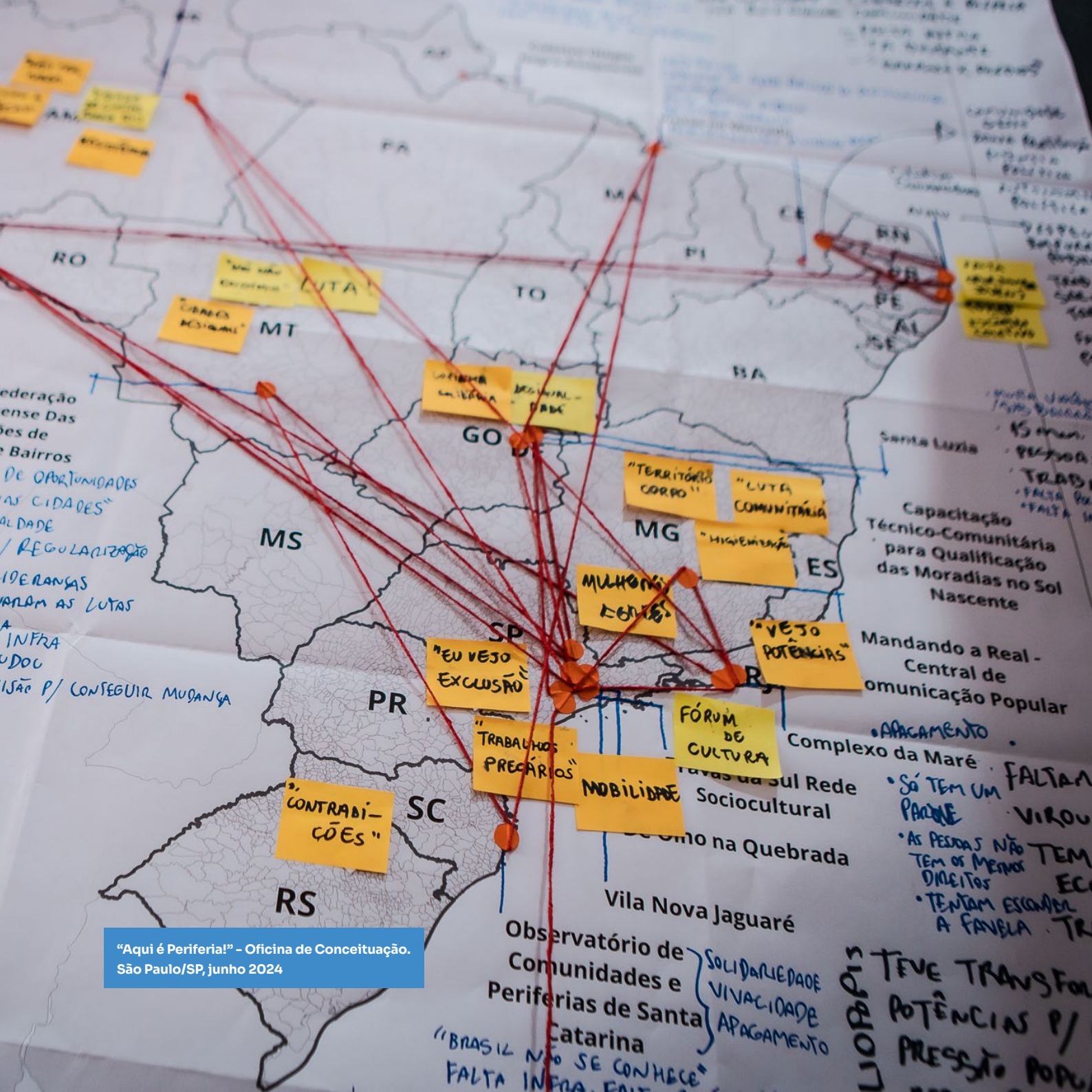
Acesse [aqui](#).



Identificar e mapear essas potencialidades e vulnerabilidades, é o primeiro passo para a geração de mudança nos territórios periféricos. Compreendendo sua pluralidade, seus desafios, mas também, reconhecendo e integrando as suas soluções. Onde, sua própria população faz parte, sendo a peça fundamental deste processo, mobilizando, criando, mapeando, incidindo em políticas públicas para a transformação de seus territórios.

É colocando a periferia no mapa, que teremos a oportunidade de fortalecer estes territórios onde a periferia, através da luta coletiva, possa contar sua própria história, tendo a capacidade de reescrevê-la, com mais dignidade, qualidade de vida e melhores oportunidades. Pensando nisso, o Mapa das Periferias cria também a ferramenta do **Mapeamento Popular** necessária para escrevermos uma nova página na história.





"Aqui é Periferia!" - Oficina de Conceituação.
São Paulo/SP, junho 2024

Mapeamento Popular
Territórios Pilotos, 2024.



2. O MAPEAMENTO POPULAR

O **Mapeamento Popular** é uma ferramenta da Secretaria Nacional de Periferias que tem como objetivo envolver os territórios periféricos na produção de informações sobre suas **potencialidades e vulnerabilidades** de forma coletiva e qualificada. É um mapeamento feito **a partir das próprias iniciativas locais**, com base nos saberes e experiências das comunidades, gerando dados qualitativos que fortalecem a luta por transformações reais nos territórios. Além disso, auxilia na atualização do mapa do território por meio da identificação de ruas, becos, vielas, escadarias e pontos de referência, a exemplo de equipamentos, comércios ou espaços de lazer que a comunidade acha importante dar visibilidade.

A ideia é que os próprios territórios realizem seus mapeamentos, com apoio de parceiros, para viabilizar a coleta de dados e informações diretas sobre suas realidades. Esses dados serão incorporados ao mapa interativo do Mapa das Periferias, ajudando a **dar visibilidade às demandas locais, conectar territórios**, contar a história das

periferias a partir de quem vive nelas, e **enfrentar a desigualdade na produção e no acesso à informação** — o que também contribui para fortalecer o acesso a políticas públicas.

Vale destacar que, para a organização e efetividade do mapeamento popular, **será preciso que a pessoa responsável faça parte de alguma iniciativa periférica**, seja um coletivo, uma ONG, associação, etc. e que será necessário montar um **Time de Mapeamento**. **Mais a frente falaremos sobre quem deve fazer parte do Time de Mapeamento e as funções de cada um, fique de olho!**

É importante ressaltar que todas as pessoas da periferia podem participar, ou seja, geral pode chegar e fazer suas contribuições no Mapeamento Popular, por exemplo: seus filhos, amigos e amigas, vizinhança, comerciantes, as professoras da escola da comunidade. Cada um tem sua forma de ver, conhecer, sentir, andar e viver na sua comunidade. Isso garante visões diferentes da população sobre o território, e também, ajuda a ter um mapeamento que representa a pluralidade das periferias.

Além disso, será muito importante buscar parcerias como assessorias técnicas ou universidades que possam somar nesse processo de mapeamento. Agora, explicaremos para você qual a importância de construir um Mapeamento Popular para o seu território e por que você que vive na periferia e está vinculado à uma iniciativa periférica é a pessoa ideal para fazer isso acontecer.

VOCÊ SABIA?

A metodologia do mapeamento popular é uma co-criação da SNP e de 4 territórios periféricos brasileiros: **Aratu** (João Pessoa - PB), **Ayrton Senna** (Rio Branco - AC), Santa Luzia (Brasília - DF) e **Vila Nova Jaguaré** (São Paulo - SP) que durante 6 meses trabalharam em conjunto para construir e aplicar o mapeamento de potencialidades e vulnerabilidades. **Você pode conferir o resultado no nosso mapa interativo na camada mapeamento popular.**

2.1. Para que mapear as periferias?

O Mapeamento Popular é mais do que uma coleta de dados — é um **processo de engajamento comunitário e fortalecimento do tecido social** nas periferias. Ao se reunir para mapear o território, as pessoas compartilham saberes, constroem vínculos, reconhecem potências e pensam juntas em soluções para os desafios do lugar onde vivem. **É, portanto, uma ferramenta coletiva de leitura e produção de saberes para a**

transformação do território, que parte da base, do chão da comunidade, para pensar o futuro de forma compartilhada.

Mapear é também um **ato político**: significa nomear o que existe, mostrar o que falta, valorizar o que funciona e **organizar informações que sustentam lutas por direitos e por políticas públicas mais justas**. Ao produzir informações sobre seu próprio território, você e toda a comunidade passam a enxergar com mais clareza o que há de bom e precisa ser fortalecido — como projetos sociais, grupos culturais, iniciativas de geração de renda — e também o que precisa melhorar — como ruas sem iluminação, falta de transporte, creches ou unidades de saúde.

O Mapeamento Popular, nesse sentido, **se torna um instrumento de luta por direitos básicos**: moradia digna, saneamento, mobilidade, educação, saúde e acesso a equipamentos públicos. Ele também contribui para o **auto-reconhecimento do território**, fortalecendo a identidade local e ampliando a capacidade de incidência política da comunidade.

Por exemplo:

- Se a luta é por regularização fundiária, o mapeamento ajuda a identificar as casas e os moradores que precisam da titulação;
- Se a prioridade é por melhorias habitacionais, o mapeamento pode apontar quais casas precisam de reforma e quais tipos de intervenção são necessárias;
- Se o problema for risco de deslizamento ou alagamento, o mapeamento vai identificar as áreas de risco, contribuindo com diagnósticos que orientem ações de prevenção e adaptação.

Políticas públicas são um conjunto de programas e ações desenvolvidas pelo Poder Público para garantir direitos à população em diversas áreas, como saúde, educação, cultura, e lazer, tendo como principal objetivo garantir a qualidade de vida e o bem estar de todas as pessoas.

Direitos básicos, considerados também como direitos fundamentais a todos os cidadãos brasileiros, previstos na Constituição de 1988, servem para garantir a dignidade e o bem-estar de todos, como exemplos: direito à moradia, a educação, a saúde, entre outros.

Já reparou na quantidade de serviços, sejam eles públicos ou privados, que dependem de um código de endereçamento postal, ou seja, do nosso **CEP**? Para fazer matrícula em uma instituição de ensino, para ser direcionado ao posto de saúde correto, para se candidatar a uma vaga de emprego, para conseguir fazer um cartão de crédito e ou mesmo para ter acesso a serviços básicos de entrega. Esses e tantos outros serviços demandam o mapeamento e identificação de ruas, becos, vielas, moradias, comércios, pontos de referência e uma série de outros aspectos físicos do território.

Vamos fazer um rápido exercício...

A rua que você mora tem nome? E **CEP**, ela possui? Essas são informações importantes que podem entrar no Mapeamento Popular!

VOCÊ SABIA?



O CEP, ou Código de Endereçamento Postal, é um conjunto de 8 números criados pelo Correios para organizar o espaço, identificando suas ruas, vielas, becos e edificações, com o objetivo de facilitar a localização e distribuição de correspondências.

A Secretaria Nacional de Periferias em parceria com os Correios desenvolveram o programa **“CEP para Todos”** e que já está em fase de implementação em algumas comunidades periféricas.

O projeto tem como objetivo garantir o endereçamento formal de favelas e comunidades urbanas, facilitando o acesso à cidadania e a serviços essenciais.

Entendendo que o mapeamento do território é condição básica para acessar uma série de serviços essenciais, então, como garantir à população periférica o exercício do seu direito à cidadania?

É nesse contexto que surge o Mapeamento Popular, uma ferramenta que faz uso de **tecnologias livres e gratuitas** e que tem como um de seus principais objetivos mapear as realidades locais dos territórios periféricos a partir de suas potencialidades e vulnerabilidades e enfrentar a desigualdade de informação sobre esses espaços.

Tecnologias livres e gratuitas nada mais são do que programas de computador e aplicativos para celular que além de liberarem seu uso de forma gratuita, também tornam pública toda a estrutura que sustenta o funcionamento do programa ou aplicativo. Assim, qualquer pessoa pode intervir no funcionamento de uma tecnologia livre de forma a melhor adaptá-la às suas necessidades.

No Mapeamento Popular, a identificação das ruas, becos, vielas, moradias, comércios e pontos de referência que falamos anteriormente é feita pelos próprios moradores dos territórios. Esse processo garante que os elementos que não foram mapeados, ou mesmo aqueles que foram mapeados incorretamente, sejam agora devidamente inseridos na plataforma do Open Street Map, também conhecida como OSM.

Além do mapeamento, **pontos** que referenciam potencialidades e vulnerabilidades desses territórios poderão ser coletados a partir do aplicativo **Nós no Mapa**.

O Open Street Map é uma plataforma de mapeamento colaborativo, onde qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo e com acesso a internet, pode contribuir com o mapeamento de diferentes elementos físicos do seu território. Por exemplo, você pode estar em Salvador e alguém lá no Pará também pode adicionar e editar informações sobre as mesmas ruas de um determinado local, pontos de referência, prédios e muito mais. Além disso, o mapeador pode colocar etiquetas (chamadas de "tags"), adicionando ainda mais detalhes sobre os elementos mapeados. A ideia desse mapa é que ele seja gratuito, sempre atualizado e que qualquer pessoa possa usar e compartilhar, tornando seu acesso democrático.

Com um novo mapa desenhado a partir daquilo que de fato se entende como prioritário no território, principalmente seus elementos físicos básicos, suas potencialidades ou mesmo suas vulnerabilidades, os moradores envolvidos passam a conhecer ainda mais o lugar onde vivem, ao mesmo tempo em que também compartilham sua história e resistência e criam um novo instrumento de luta para reivindicação de direitos.

2.2. Como o Mapeamento Popular pode fortalecer as periferias?

O Mapeamento Popular pode fortalecer as periferias de diversas formas, mas listamos aqui as principais, para você saber o quão é importante implementar este instrumento no seu território.

▪ Visibilizando as demandas dos territórios

periféricos: Cada território periférico possui características próprias e, consequentemente, demandas que variam de um lugar para outro. Ao compartilhar seu mapeamento no Mapa das Periferias, é possível dar visibilidade para as questões específicas de seu território, mostrando que cada localidade, independente de fatores de proximidade ou semelhanças no seu contexto de formação, demandam soluções específicas e direcionadas para enfrentar suas vulnerabilidades e impulsionar suas potencialidades locais;

▪ Conexão com outros territórios periféricos:

Ao compartilhar o Mapeamento Popular em uma plataforma de escala nacional, o seu território estará no mapa e será possível conhecer outros territórios periféricos, suas histórias e experiências. Esse processo permite a criação de redes e articulações que impulsionam trocas e, juntas, criam novas estratégias de enfrentamento das desigualdades nas periferias;

▪ **A história da periferia contada pela própria**

periferia: Como todo o processo de Mapeamento Popular é feito pelos próprios moradores, tanto durante a coleta de informações, quanto na escolha dos elementos que serão mapeados. Os territórios periféricos têm a oportunidade de contar sua história a partir do seu próprio ponto de vista, dando visibilidade a questões que geralmente não são divulgadas pela grande mídia. Assim, o Mapeamento Popular surge como uma importante ferramenta para disputar as narrativas que historicamente criminalizam os territórios periféricos e seus moradores.

▪ **Combate a desigualdade de informação sobre territórios periféricos:**

Apesar do esforço de diversas instituições do governo, é comum que os dados e informações acerca dos territórios periféricos sejam reduzidas ou estigmatizadas e, consequentemente, imprecisos. Dessa forma, o Mapeamento Popular surge como uma complementação dos dados oficiais, aproximando a sociedade e o poder público sobre a realidade e complexidade dos territórios periféricos.

▪ **Acesso à políticas públicas:** Ao mapear as potencialidades e vulnerabilidades dos territórios periféricos, é possível construir um Plano de Ação Popular com diretrizes que organizem as demandas prioritárias da comunidade, orientando futuras ações do poder público.

▪ **Fortalecendo os vínculos comunitários e**

uma nova forma de olhar para o território: Ao participar do mapeamento, cada morador e moradora passa a se reconhecer como parte da construção da cidade. Isso amplia a percepção crítica sobre o lugar onde se vive, rompe o senso de impotência e estimula a ação coletiva, porque mostra que é possível intervir e transformar.

ATENÇÃO!

É importante se atentar para o fato de que o Mapeamento Popular em si não é sinônimo de regularização, titulação ou mesmo de nenhum tipo de investimento em infraestrutura no território. O mapa, no contexto do Mapeamento Popular é, antes de tudo, uma ferramenta, uma espécie de ponte que possibilita o diálogo da periferia com diferentes pessoas da sociedade civil e com o próprio poder público.



E como esse processo acontece?

Na plataforma do Mapa das Periferias, todos os elementos identificados a partir do mapeamento popular, sejam eles potencialidades, vulnerabilidades ou mesmo as estruturas físicas e pontos de referência dos territórios, podem ser sobrepostos com uma série de estudos e informações que também estão no mapa. Essa sobreposição de dados tem como principal objetivo reforçar a importância das demandas periféricas e suprir a falta de dados mais próximos da realidade desses territórios. Dessa forma, o Mapeamento Popular é uma importante estratégia para dar visibilidade às reais demandas dos territórios periféricos.

2.3. Como montar um time de mapeamento?

Antes de tudo, como já comentamos anteriormente, é preciso que a iniciativa periférica interessada em fazer o Mapeamento Popular esteja cadastrada no Mapa das Periferias.

É importante destacar que o mapeamento pode ser feito por mais de uma organização comunitária

com times diferentes, entendendo que cada grupo pode ter um olhar diferente sobre o mesmo território e isso fortalece a leitura comunitária!

A partir disso, para a composição do **Time de Mapeamento**, é interessante reconhecer pessoas com os seguintes perfis:

RESPONSÁVEL:

Pessoa ligada à iniciativa periférica responsável pelo Mapeamento Popular e pela a gestão do processo dentro da plataforma do Mapa das Periferias. É necessário que a pessoa tenha facilidade com tecnologia, que seja proativo, organizado e responsável;

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA:

Perfil de liderança, que tenha facilidade de comunicação, que conheça e mobilize a comunidade; com boas relações comunitárias dentro e fora do território; que seja proativo, responsável e capaz de ouvir com atenção e gerir pessoas com cuidado de resolver e mediar conflitos; disponibilidade de aparelho de celular próprio e internet.

MAPEADOR(A) POPULAR:

Moradores e moradoras do território com amplo conhecimento das características físicas e históricas da comunidade; facilidade com leitura de mapas; familiaridade com instrumentos tecnológicos; habilidades para conduzir oficinas teórico-práticas; facilidade de localização a partir de aplicativos georreferenciados, preenchimento de tabelas, formulários, etc; disponibilidade de aparelho de celular próprio e internet.

MORADORES E MORADORAS DO TERRITÓRIO:

Pessoas que moram e vivem no território em geral e que vão participar trazendo as informações necessárias

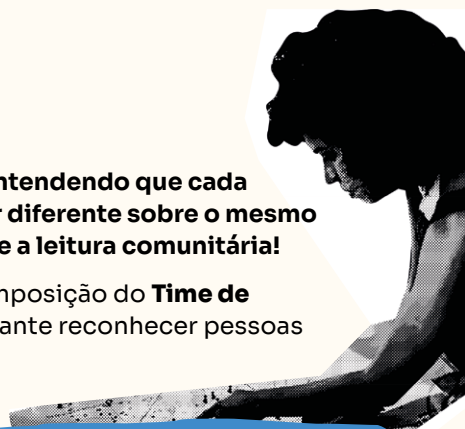
PARCERIAS INSTITUCIONAIS:

Entes públicos, organizações comunitárias, associações de moradores, ONGs e demais instituições que preferencialmente já possuam histórico de atuação na comunidade, sendo reconhecida de forma positiva dentro do território. Essas parcerias são estratégicas não apenas para garantir mais pessoas envolvidas no mapeamento, mas também para negociar e viabilizar o acesso à infraestrutura física e equipamentos diversos que geralmente os demais moradores não possuem, como por exemplo projetores, impressoras, espaços amplos para reunião, etc.

ASSESSORIAS TÉCNICAS:

Escritórios, coletivos, profissionais autônomos ou cooperativas, contratados pela comunidade a fim de realizar um diagnóstico, planejamento e/ou implementação do projeto.

O time mínimo do mapeamento deve ser formado pela **pessoa responsável, mobilização comunitária, mapeador(a) popular e pelos moradores e moradoras do território.** **As parcerias institucionais e assessorias técnicas** são um reforço para o time caso o território consiga fazer essas articulações.



Lembra que no início desta **seção** nós falamos que todas as pessoas que de alguma forma conhecem e vivem na comunidade podem participar?

Isso quer dizer que, se você é uma iniciativa periférica, você pode formar um **Time de Mapeamento** para iniciar a mobilização para o mapeamento; ou se você é uma pessoa que lida bem com tecnologia e gosta de trabalhar com mapas, pode contribuir no levantamento das informações; e até se você faz parte de uma instituição de ensino ou organização social, também pode contribuir fornecendo o espaço para que aconteçam as reuniões, ou equipamentos como computadores para o levantamento das informações e até mesmo, chegando junto no território mapeando as potencialidades e vulnerabilidades.

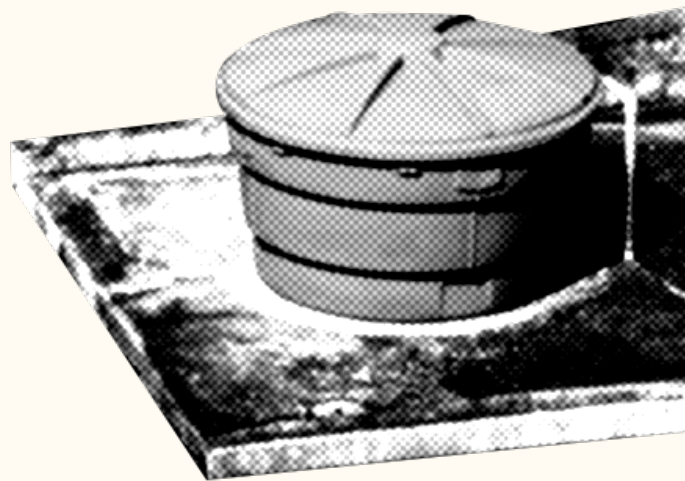
Vale destacar que a metodologia do Mapeamento Popular foi idealizada para que o processo seja feito todo de forma participativa com a população local, pois precisa ser partilhado e validado. Por isso, se você deseja realizar o Mapeamento Popular em seu território busque parcerias, converse com amigos, vizinhos, com representantes locais e monte seu **Time de Mapeamento**. O importante é juntar o máximo de mãos possíveis para que os resultados representem a realidade do território.

Conforme já mostramos, vários agentes podem contribuir nessa empreitada: as lideranças locais, associações, os movimentos sociais e culturais, moradores, ONGs, o poder público, a universidade, as assessorias técnicas, dentre outros.

Em todas as etapas do mapeamento é importante e estratégico estabelecer parcerias, pois essas

parcerias podem dar suporte na realização das atividades. Uma parceria com a universidade ou coletivo, por exemplo, pode dar apoio com o manuseio das ferramentas do mapeamento, e/ou uso de aplicativos e tecnologias, assim como uma parceria com instituições locais podem viabilizar espaços para realização das atividades, suporte técnico com equipamentos e etc. Nessa perspectiva, o papel dos **Mapeadores Populares** é imprescindível, pois serão responsáveis por lançar as informações mapeadas no site do Mapa das Periferias.

Agora que você já entendeu a importância e quem são as pessoas que devem estar envolvidas no processo, chegou a hora de saber o passo a passo para realizar esse mapeamento.



Formação Mapeadores Populares.
Agosto, 2024



3. COMO FAZER O MAPEAMENTO POPULAR

Antes de começar a mapear três conceitos fundamentais É importante entendermos melhor como funciona a relação entre alguns elementos essenciais para o Mapeamento Popular. Antes de começar a mapear, três conceitos fundamentais:

Os dados – que são as informações que vamos levantar sobre o território;

O mapa – que é a ferramenta onde vamos organizar e mostrar essas informações;

O território periférico – que é o espaço vivido, onde essas informações acontecem e fazem sentido.

Mas afinal, o que são dados?

Dados são informações sobre as coisas que existem no nosso dia a dia. Eles nos ajudam a entender melhor a realidade. Por exemplo, pense em um posto de saúde na sua comunidade. Quais informações podemos ter sobre ele? Podemos saber se esse posto existe ou não, se tem estrutura boa ou se está precisando de reforma, se tem médicos e enfermeiros suficientes, se as pessoas conseguem atendimento com facilidade ou se enfrentam filas longas, qual é o endereço, entre outras coisas.

Essas informações que a gente observa e conversa sobre também são dados. Quando a gente descreve essas situações com palavras,

estamos falando de **dados qualitativos** — ou seja, **dados que mostram como as coisas são e se as pessoas percebem como uma potencialidade ou vulnerabilidade para o território.**

Outras vezes, usamos números para entender o território, como quando contamos quantos postos de saúde existem em uma área ou quantas pessoas são atendidas por dia. Esses são os **dados quantitativos** — ou seja, **dados que mostram quantidades, medidas e números.**

Tudo isso ajuda a montar um retrato mais completo do nosso território.

No mapeamento popular, **os dados qualitativos de potência ou vulnerabilidade** surgem a partir das experiências vividas e compartilhadas pelos moradores. São informações construídas em grupo, com base em conversas, caminhadas pelo bairro, rodas de diálogo, desenhos e outras formas de expressão coletiva.

Essa leitura do território, feita por quem vive nele todos os dias, revela muito mais do que aquilo que está nos mapas oficiais: mostra o que preocupa, o que fortalece, o que falta, o que resiste e o que pode — e deve — ser transformado a partir da potência coletiva da comunidade, junto com o compromisso e a ação concreta do poder público, que tem o dever de garantir direitos e responder às demandas do território.



Mas é preciso ter alguns cuidados quando a gente fala da realidade do nosso território e da forma como contamos e mostramos as informações. Um dado mal explicado pode confundir, atrapalhar a comunicação e até esconder o que a gente queria mostrar.

Quando apresentados fora de seu contexto, os dados podem nos trazer mais dúvidas do que respostas e, às vezes, até nos levar a cometer erros de interpretação.

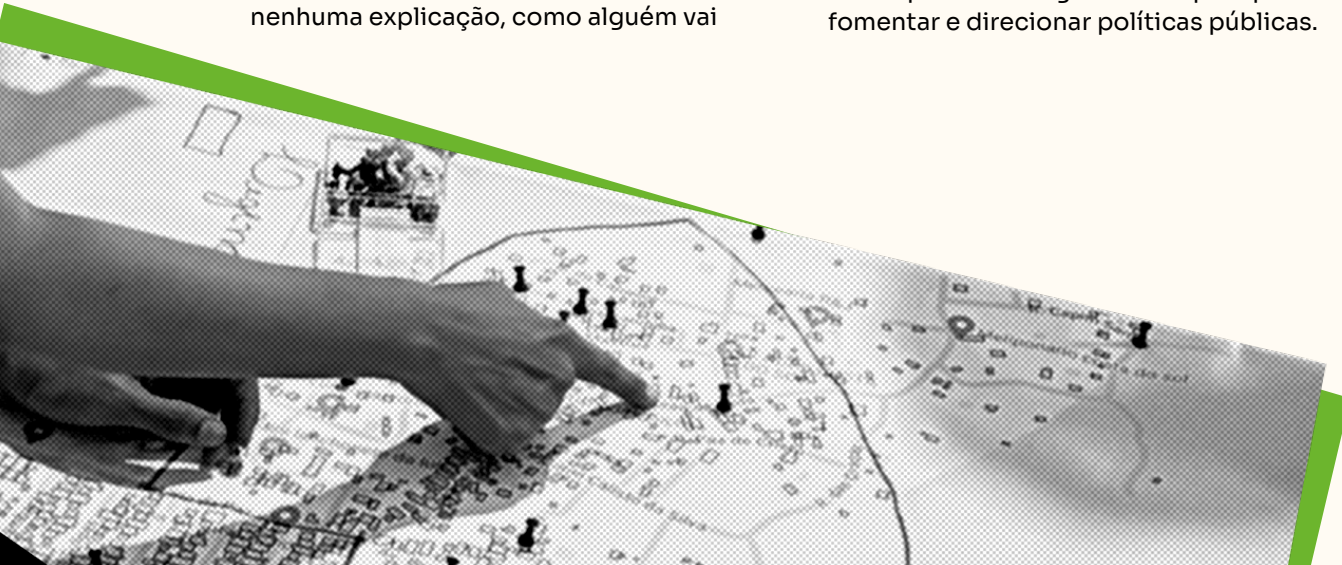
Vamos voltar ao nosso exemplo do posto de saúde. Imagine que, num mapa, aparece o número “2” ao lado do posto. Sem nenhuma explicação, como alguém vai

saber o que esse número quer dizer? Pode ser o número de médicos, o número de atendimentos por dia ou até o número da rua. Sem contexto, o dado perde o sentido.

Ou então, se estiver escrito apenas “média qualidade”, como saber o que isso quer dizer? Quem avaliou? Em comparação com o quê?

Por isso, é muito importante que todo dado seja apresentado com o seu contexto — ou seja, junto com informações que expliquem melhor o que ele significa, como foi construído e por quem. Assim, as informações fazem sentido para outras pessoas e fortalecem a comunicação entre a comunidade e quem precisa escutar o que ela tem a dizer.

Portanto, precisamos sempre ter em mente que ao trabalharmos com dados, eles representam apenas um recorte, ou seja, uma pequena parcela da realidade, podendo ser usados de diferentes formas para justificar as mais diversas visões de mundo. Assim, é super importante sabermos quais dados são os mais relevantes para o nosso território, tendo sempre em mente que os dados são importantes ingredientes para pressionar, fomentar e direcionar políticas públicas.



Agora que entendemos o que são dados, vamos falar um pouco sobre como eles se relacionam com mapas?

Todo e qualquer dado ou informação que estiver conectada a um determinado local ou espaço na superfície da terra, pode ser levada para um mapa. Lembra do nosso posto de saúde? Havíamos comentado que um dos dados possíveis de termos associado a ele era justamente o seu endereço. Sempre que um dado possuir um endereço ou uma localização ele poderá ser transportado para um mapa por meio de suas **coordenadas geográficas**, assim como as demais informações que estiverem associadas a ele.

Coordenada geográfica é um sistema para saber exatamente onde uma coisa está no mundo. Pode ser uma casa, uma praça, uma escola ou até uma pessoa com o celular na mão. Esse sistema funciona como se o planeta tivesse sido riscado com várias linhas imaginárias: umas cortando de um lado para o outro (os paralelos) e outras de cima para baixo (os meridianos). O ponto onde essas linhas se cruzam dá a localização exata de qualquer lugar. Por exemplo: quando usamos o GPS no celular para encontrar um endereço, é a coordenada geográfica que ajuda a mostrar o caminho certinho no mapa.

Mas de que forma os dados e os mapas podem ser interessantes para os territórios periféricos?

Sabemos que os territórios periféricos são atravessados por uma série de problemas sensíveis, geralmente associados à falta de algo — seja a falta de investimentos, de infraestrutura urbana de qualidade, de políticas públicas voltadas para

a saúde ou, ainda, da própria presença de dados e informações.

Esses aspectos fazem com que, muitas vezes, esses territórios sejam representados apenas a partir de uma visão de carência ou vulnerabilidade, como se essas condições fossem naturais — sem levar em conta que são fruto de um processo histórico, resultado de decisões políticas e de uma lógica de organização da cidade que escolheu priorizar uns territórios em detrimento de outros.

Além disso, esse olhar limitado invisibiliza outras dimensões fundamentais que compõem a identidade dos territórios periféricos — como suas formas de organização, resistência, cultura e produção de conhecimento.

Vimos, a partir do exemplo do posto de saúde, que os dados são representações de uma parte da realidade e que, por isso, sempre expressam uma visão específica de quem os constroi e utiliza para justificar seus pontos de vista e ações. Nesse sentido, o ato de auto mapear os territórios periféricos — identificando os dados e informações que realmente importam para quem vive nesses lugares — é uma forma de dar visibilidade não apenas às vulnerabilidades reconhecidas pelos próprios moradores, mas também às potencialidades que existem no território. Esses dados, construídos coletivamente, podem servir como base para reivindicações junto ao poder público e outras instituições, fortalecendo a luta por direitos e políticas que levem em conta as realidades e potenciais locais.

Agora que você já sabe tudo que precisa para começar o Mapeamento Popular, vamos entender cada etapa desse processo!!

O Time de Mapeamento está escalado para participar de todas as etapas, mas vale reforçar que a **Mobilização Comunitária** na Etapa 01 será fundamental para garantir a participação dos **moradores e moradoras do território**, obrigatória nas etapas 02 e 04.

Já os **Mapeadores Populares** vão pegar todas as informações trazidas da Etapa 02 e deixar tudo bem organizado para coleta de dados em campo durante a Etapa 03 utilizando o app do Mapa das Periferias.

ETAPA 01

Planejamento e mobilização: é a etapa fundamental para garantir que o Mapeamento Popular possa chegar na maior diversidade de pessoas possível, além de ser o momento de planejar como cada etapa seguinte vai acontecer, o que vai ser necessário de material, onde e como as atividades vão acontecer, quem vai ser chamado para participar. No próximo item veremos, ações que podem ser realizadas para o processo de Mapeamento Popular no seu território, vamos entender melhor as possibilidades de mobilização comunitária, com exemplos de como engajar a população local.

Tempo de duração: 1 a 2 semanas



ETAPA 02

Como é meu território?: Nesta etapa vamos fazer oficinas para levantar as informações pertinentes do território a partir de um olhar participativo local, a ideia é listar suas potencialidades e vulnerabilidades para a caracterização da sua comunidade e identificar os elementos que precisam estar no mapa como ruas, becos, vielas, pontos de referência da comunidade, entre outros.

Tempo de duração: 2 a 3 semanas



ETAPA 03

Desenho do Território: é quando todas as informações levantadas na etapa anterior vão ser inseridas no Mapa das Periferias fazendo uso de instrumentos digitais: aplicativo Nós no Mapa e o OpenStreetMap (OSM), fundamentais para concretizar a coleta e o compartilhamento de dados.

Tempo de duração: 2 a 3 semanas



ETAPA 04

Periferia no Mapa: busca partilhar e analisar de forma coletiva tudo o que foi mapeado para fortalecer o processo de participação comunitária. Além disso, nessa etapa também será tratada a importância de compartilhar os dados do seu território na plataforma interativa do Mapa e construir diferentes caminhos para fortalecer as lutas do território e incidir politicamente nos níveis comunitário, municipal, estadual e federal.

Tempo de duração: 1 a 2 semanas



O tempo de realização de cada etapa do Mapeamento Popular pode variar bastante de acordo com a realidade de cada território.

Comunidades maiores, como aglomerados periféricos ou complexos de comunidades, tendem a demandar um tempo mais longo para articulação, mobilização e execução das atividades, especialmente devido à diversidade de contextos internos e ao número elevado de pessoas, ruas e dinâmicas sociais envolvidas. Já em territórios menores — como vilas ou comunidades com poucas ruas — o processo pode ser mais ágil, desde que bem estruturado e com participação ativa da comunidade.

Além do tamanho do território, a quantidade e a diversidade de atores envolvidos impactam diretamente o cronograma. Quanto mais lideranças, iniciativas, coletivos, associações e instituições estiverem engajadas, maior será o potencial de alcance, representatividade e legitimidade do mapeamento, com mais pessoas comprometidas com o processo, mas também terá maior complexidade de articulação. A presença de parceiros externos, como universidades, assessorias técnicas ou organizações sociais, pode contribuir para otimizar etapas, apoiar a formação e oferecer suporte ao Time de Mapeamento, além de reduzir o tempo de execução de algumas ações. Por isso, é fundamental que o planejamento e o cronograma do Mapeamento Popular sejam sempre adaptados à realidade local, equilibrando a qualidade do processo com o envolvimento efetivo da comunidade.

Agora, vamos apresentar cada um das etapas de uma maneira um pouco mais detalhada, mas não se preocupe que **no site do Mapa das Periferias você encontra outras informações complementares e modelos de documentos que podem ser usados em cada uma das etapas.**

3.1. Etapa 01 – Preparação e mobilização

Esta etapa é o momento inicial do Mapeamento Popular, no qual você precisa de um planejamento cuidadoso para engajar uma mobilização comunitária e seguirmos para as etapas de implementação no Mapa das Periferias. Assim, preparar um grupo para mobilização é a primeira ação de planejamento e organização a fim de unir esforços em torno de uma causa comum dentro da comunidade.

Como preparo, recomendamos a organização de conversas e encontros presenciais ou virtuais com associações, instituições, universidades, centros religiosos, projetos sociais ou movimentos culturais que atuam no seu bairro, a fim de construir alianças comunitárias. Imagine só aquela ONG, a iniciativa de geração cidadã de dados da sua comunidade, grupos universitários de extensão, e até o poder público envolvido na sua iniciativa? Eles podem ajudar bastante os moradores nesta mobilização, e também, planejar ações maiores e diretas com a comunidade, desenvolvendo uma comunicação mais ampla, sensibilizando cada vez mais pessoas.

No seu território você saberá quais serão os melhores meios de comunicação para conversar com a sua comunidade, mas aqui vão algumas dicas de lugares: página da rede social que circula notícias do bairro, a rádio comunitária, o baile, a igreja mais movimentada, a batalha de rap ou até mesmo o carro de som que sempre passa na sua rua vendendo o gás.

A mobilização é a principal estratégia para que a população participe das lutas por melhorias e transforme a realidade, garantindo e validando a força política para compreensão da realidade

dos seus territórios. No Mapeamento Popular, a mobilização é fundamental para entender o território, por meio da escuta e interação com diversos indivíduos e organizações locais. Portanto, juntar o máximo de moradores, comerciantes, centros religiosos, organizadores de eventos na quebrada, entidades, coletivos e instituições culturais ou educacionais possíveis é importante para que essa etapa possa acontecer, e assim, seja montado o **Time de Mapeamento** contando com a visão dos grupos que formam o território.

A mobilização pode ser feita por qualquer morador, instituição ou liderança que acredite na importância do mapeamento popular para a sua comunidade e que queria tomar a frente do processo. Mas lembre-se que esse pontapé inicial, precisa começar de algum lugar para que o processo possa acontecer! Por isso, não se sinta inseguro em tomar a iniciativa pois será através do seu poder de ação e movimento que esse trabalho será realizado.

Tenha em mente que um bom mobilizador precisa estar em diálogo com o máximo de setores possíveis que formam a sua comunidade e que a comunicação será central para garantir uma mobilização mais ampla. Outra questão muito importante, é que você precisa ter uma postura aberta para opiniões divergentes, claro que não estamos falando aqui em ser tolerante a falas que ferem os Direitos Humanos, mas sim de ser flexível e escutar vozes que discordam de algum ponto de vista em relação ao território, avaliando a possibilidade de chamar para trabalhar junto quando houver possibilidade. É muito importante garantir a escuta ativa e sensível para haver a interação entre diferentes pessoas e iniciativas, onde se envolvam e compreendam o que se quer mapear e a relevância desse processo para o território.

Lembre-se também que você mobilizador será um dos responsáveis pelo início, continuidade e finalização do mapeamento, então fique sempre atento, tomando



Etapa 01 – Santa Luzia.
Brasília/DF, maio 2024



cuidado para que o trabalho não perca força no meio do caminho! Caso se sinta cansado, não existe em pedir ajuda incluindo mais pessoas na execução do projeto.

Seguindo esse planejamento com a comunidade, e também, divulgando o Mapeamento Popular, marque uma reunião comunitária para apresentar a ideia para os moradores e moradoras e identificar pessoas para compor o seu Time de Mapeamento.

A etapa de planejamento e mobilização popular é muito importante para que as outras etapas ocorram de forma organizada, cumprindo os objetivos e gerando os resultados esperados por cada uma delas. É importante destacar também, que a leitura de todo o material disponibilizado no site do Mapa das Periferias para o Mapeamento Popular é fundamental. Por ora, vamos fazer uma síntese do passo a passo das ações previstas na Etapa 1 do Mapeamento Popular, voltadas à preparação e mobilização da comunidade:

- Identificar quem são as pessoas, lideranças e instituições fundamentais que serão beneficiados com o mapeamento popular no território a ser mapeado para garantir o engajamento das pessoas e das instituições da comunidade;
- Realizar os encontros de apresentação do mapeamento, este é o passo é um dos mais importantes porque nele vamos definir o Time de Mapeamento e garantir um canal de comunicação direto com a comunidade;
- Fazer capacitações para comunidade com oficinas de formação com o objetivo planejar como as ações de mapeamento vão acontecer, por exemplo, organizar os dias de atividades, como cada atividade irá acontecer, as metas para registros de informações e data de entrega dos registros; dividir as responsabilidades de cada pessoa do time, entre outros.

Não se esqueça, é obrigatório fazer registros desse processo e de todas as etapas. Eles vão comprovar que o mapeamento foi feito de forma coletiva, garantindo uma maior legitimidade ao processo. Os registros são fotografias do grupo reunido, lista de presença dos participantes, relato da atividade e os modelos estão disponíveis em nossa plataforma para baixar e imprimir.

3.2. Etapa 02 – Como é meu território?

Agora que há um **Time de Mapeamento** responsável por implementar o Mapeamento Popular no território, a partir de alinhamentos e de um cronograma base, é hora de desenvolvermos atividades para identificar os pontos importantes ruas, becos, vielas, pontos de referência da comunidade e quais são as potencialidades e vulnerabilidades do território a partir de um olhar participativo que aproveite a inteligência coletiva da comunidade.

É importante destacar que essa etapa deve acontecer de forma coletiva e participativa, envolvendo a maior quantidade e diversidade de moradores do território, e que a presença dos **mobilizadores e mobilizadoras**, assim como dos **mapeadores populares**, é importantíssima para envolver a população local e entender como as informações que serão identificadas nessa etapa serão passadas para o site.

Para isso, o Time do Mapeamento deve organizar algumas atividades de oficinas (você pode ver exemplos de como fazer essas atividades no site do Mapa das Periferias) em um local estratégico para fazer o levantamento dos dados a serem mapeados e assim, construir uma **cartografia** participativa. Se necessário, organize mais de uma atividade para garantir que pessoas com diferentes disponibilidades e agendas possam fazer parte

desse processo. Os encontros são momentos perfeitos para a galera expressar o que sente em relação ao seu território. É hora de interagir, manifestar sonhos e indignações, e sugerir soluções para os problemas que a comunidade enfrenta. Tudo isso pode rolar de forma dinâmica e interativa, fortalecendo ainda mais os laços entre o pessoal. Além disso, todo mundo vai poder aprender como se auto mapear e entender melhor como identificar os elementos que precisam ser mapeados no território. É uma oportunidade para aprender conceitos que ajudam no processo, como a importância de destacar áreas de risco, pontos que carecem de infraestrutura e, principalmente, as potencialidades existentes na comunidade.

O legal é que não é só sobre colocar as ideias no papel, mas também sobre a comunidade compartilhar vivências e construir juntos um mapa que reflita a realidade e os desejos de todos e todas.

Nesse sentido, é importante a comunidade contar um pouquinho da sua história, destacando no mapa onde ela nasceu e como foi se expandindo ao longo dos anos, além de identificar as iniciativas que são desenvolvidas e pontos importantes do território.

Após essa introdução sobre seu território, é hora de identificar em um mapa impresso os locais importantes para a caracterização da sua comunidade, os **pontos de referência e iniciativas locais**, assim como, aqueles locais que vocês mais se identificam e que são importantes no dia a dia da comunidade. Para iniciar o processo de reconhecimento do território é importante eleger o que será colocado no mapa a partir do olhar e necessidade de vocês, pensando principalmente nas melhorias que estão buscando, como por exemplo, saneamento básico, escolas, locais de integração e diversão, e etc.

Os pontos de referência podem ser qualquer lugar ou coisa que se destaca e ajuda as pessoas a se acharem na sua comunidade. Pode ser um lugar importante de afetividade que todo mundo conhece, como por exemplo, o bar da Dona Neide, o campinho de futebol, os locais que acontecem festas e bailes. Pode ser também uma grande obra realizada dentro do seu território, ou que já existia quando a comunidade nasceu, tipo uma barragem, uma usina, uma grande fábrica, indústria, uma estrada, ou até mesmo um elemento natural como um rio, açude, morro ou uma área de mata.

Como esses pontos de referência são de fácil identificação, localização e todos da comunidade sabem onde eles estão, é importante identificá-los no mapa, principalmente se esses pontos possuem uma ligação com a luta do seu território, ou por influenciar o jeito como você passou a usar esses espaços, ou ainda, por serem infraestruturas essenciais à comunidade, desempenhando um papel fundamental no funcionamento e na sua organização.

Por fim, é chegada a hora de dar atenção para as **vulnerabilidades e potencialidades** presentes no território, sempre estimulando as conversas sobre estes pontos identificados no mapa, podendo ser lugares físicos nos quais se encontram determinadas características permanentes ou podendo ser lugares nos quais ocorrem atividades ou fenômenos específicos, como por exemplo, uma encosta de morro onde pode ocorrer deslizamentos, um riacho que transborda, ou um local onde sempre ocorrem festas e encontros, uma lanchonete famosa ou ainda uma zona que é considerada perigosa à noite.

Aqui estão os temas que podem ser explorados no mapeamento de potencialidades e vulnerabilidades: **Infraestrutura; Meio Ambiente,**

Gestão de Riscos e Adaptação Climática; Habitação e Justiça territorial; Cidadania e Cultura; Trabalho, Renda e Soberania Alimentar.

São muitos temas, mas cada território pode escolher o que quer mapear, no site do Mapa das Periferias você encontra o material de apoio que detalha todos os temas. Confere lá!

Pense com a gente: se o mapa das periferias pode ser esse instrumento para dar visibilidade à sua comunidade, por que não incluir nele informações importantes como aquela praça onde a galera se reúne para as batalhas de MCs, a biblioteca comunitária onde os jovens mergulham na leitura, ou até mesmo as vulnerabilidades que precisam ser superadas? Assim como tem coisas que vão ser identificadas nas leituras comunitárias e que coletivamente será decidido que não devem estar no mapa por uma questão de segurança, por exemplo.



Etapa 02 – Aratu. João Pessoa/PB, julho 2024

3.3. Etapa 03 – Colocando meu território no mapa

A partir de agora é hora do(a) **Mapeador(a) Popular** colocar a mão na massa!! Vamos te ensinar como colocar seu território no mapa, identificando os pontos de referência e as potências e vulnerabilidades que foram definidos na Etapa 2.

Após entender como o seu território funciona e bater um papo com a comunidade sobre o que deve aparecer no mapa, como: a pracinha, as escolas, as áreas de risco, as ruas e becos, lugares sem energia ou saneamento, e até aqueles pontos onde todo mundo se reúne para curtir uma música e trocar uma ideia, chegou a hora de colocar tudo isso no mapa. Pode até parecer complicado no começo, especialmente se você nunca fez isso antes, mas relaxa! Vamos te mostrar que, com um pouco de planejamento e organização, não é tão difícil quanto parece.

Nesta etapa de mapeamento vamos utilizar ferramentas desenvolvidas especialmente para concretizar a coleta e o compartilhamento de dados, como o **aplicativo Nós no Mapa**. Esse aplicativo foi criado pela Secretaria Nacional de Periferias, em parceria com a Humanitarian *OpenStreetMap Team (HOT)* e o *Urban Big Data Centre da Universidade de Glasgow*, para permitir que qualquer pessoa possa coletar pontos do território de forma simples e organizada, direto do celular.

Com o aplicativo, você vai poder registrar cada ponto importante do seu território, escolhendo se ele representa uma potencialidade (algo que fortalece a comunidade) ou uma vulnerabilidade (algo que precisa de atenção ou melhoria), conforme identificado na etapa anterior. Essas informações são organizadas de maneira simples e objetiva, e vão direto para o sistema do Mapa das Periferias, alimentando uma grande base de dados popular, construída coletivamente por quem vive nas periferias.

O processo é simples e feito no seu celular: **o(a) mapeador(a) popular** vai até a localização do ponto e marca no mapa, escolhendo uma das cinco categorias temáticas — **Infraestrutura urbana; Meio ambiente, riscos e adaptação climática; Habitação e justiça territorial; Cidadania e Cultura; ou Trabalho, renda e soberania alimentar** —, preenche uma breve descrição sobre o que está sendo mapeado e tira uma foto para ilustrar.

Além disso, em alguns casos, também será possível usar o **OpenStreetMap (OSM)** para desenhar o mapa do território, ajustando ruas, caminhos e outros elementos geográficos que ainda não estão mapeados.

Essas ferramentas ajudam a transformar o conhecimento do território em dados úteis, que poderão ser usados em políticas públicas, em projetos comunitários, e até em reivindicações junto ao poder público.



Etapa 03 - Vila Nova Jaguaré.
São Paulo-SP, setembro 2024

TEMAS DO MAPEAMENTO

INFRAESTRUTURA URBANA



É o que faz nossa comunidade funcionar no dia a dia. Inclui serviços e estruturas que usamos para viver e trabalhar, como transporte, saneamento, ruas, calçadas e outros. Pense no que você quer mostrar sobre o seu território: o que está funcionando bem ou o que precisa melhorar?

VOCÊ PODE MAPEAR

- Lazer e/ou Espaços
- Coletivos
- Esgoto
- Lixo
- Água
- Drenagem urbana
- Energia elétrica
- Iluminação pública
- Pavimentação e calçamento das ruas e avenidas
- Circulação de pessoas e acessibilidade
- Espaços para pedestres e bicicletas
- Transporte público, entre outros

MEIO AMBIENTE, GESTÃO DE RISCOS E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA



Este tema foca no cuidado com o meio ambiente e na preparação das comunidades para enfrentarem os desafios climáticos. Pense em locais que mostram a relação da comunidade com a natureza: áreas que precisam de cuidado, lugares expostos a desastres naturais ou iniciativas que já estão funcionando para resolver problemas ambientais. Vamos mapear os riscos, as soluções e o potencial do nosso território!

VOCÊ PODE MAPEAR

- Presença e integração com a natureza
- Áreas de risco de inundação ou alagamento
- Deslizamentos
- Ações de enfrentamento das mudanças climáticas
- Soluções baseadas na natureza, entre outros



HABITAÇÃO E JUSTIÇA TERRITORIAL

Trata-se do direito de todas as pessoas a uma moradia segura, confortável e com boa estrutura. Aqui, você vai identificar situações relacionadas à moradia na sua comunidade: locais onde já existem projetos habitacionais, áreas que precisam de melhorias ou comunidades que enfrentam problemas, como falta de titulação ou risco de despejo. Ajude a mapear as condições de moradia e os desafios para garantir esse direito para todos!

VOCÊ PODE MAPEAR

- Conjunto habitacional
- Condições de moradia
- Regularização de terras
- Ocupações por moradia
- Remoções e despejos, entre outros

CIDADANIA E CULTURA



Equipamentos de Cidadania e Cultura incluem espaços, serviços e iniciativas que promovem nossos direitos, melhoram as condições de vida e facilitam o acesso à cultura. Esses equipamentos podem ser públicos ou de base comunitária, como escolas, hospitais, centros comunitários, bibliotecas, teatros e espaços para atividades artísticas. Também abrange locais de organização política e social da comunidade, como associações de moradores e clubes de mães, jovens ou idosos. Pense em lugares que fortalecem o aprendizado, o cuidado com a saúde, a convivência e a expressão cultural. Vamos identificar o que já funciona bem e o que pode ser melhorado para tornar o território mais justo, acolhedor e culturalmente vibrante!

VOCÊ PODE MAPEAR

- Educação
- Saúde
- Segurança Pública
- Assistência Social
- Equipamentos comunitários de acesso à cidadania
- Equipamento culturais
- Telecentros e inclusão digital, entre outros

TRABALHO, RENDA E SOBERANIA ALIMENTAR



Englobam iniciativas que promovem o desenvolvimento econômico, social e sustentável nas comunidades, fortalecendo a economia local e garantindo o acesso a alimentos saudáveis e culturalmente adequados. Essa categoria inclui pequenos negócios, cooperativas de produção, mercados locais, cozinhas solidárias, turismo de base comunitária e redes de agroecologia. Também abrange projetos de soberania alimentar, como hortas comunitárias, bancos de sementes crioulas e quintais produtivos, que unem geração de renda e segurança alimentar. O objetivo é mapear as iniciativas que geram oportunidades, incentivam práticas sustentáveis e contribuem para a autonomia e a qualidade de vida das comunidades. Vamos mapear esses pontos e entender como podemos ampliar essas oportunidades!

VOCÊ PODE MAPEAR

- Comércio e serviços locais
- Empreendimentos da economia e redes solidárias
- Soberania alimentar
- Restaurantes populares e cozinhas comunitárias
- Centros ou cooperativas de catadores
- Turismo de base comunitária, entre outros

Para saber mais detalhes sobre o uso das ferramentas não esqueça de acessar o site do Mapa das Periferias e conferir materiais de apoio.



3.4. Etapa 04 – Periferia no mapa

A etapa de apresentação e análise coletiva dos dados do Mapeamento Popular é o momento que demanda o maior número possível de moradores e parceiros do território envolvidos nas etapas de identificação dos pontos de referência, das suas potencialidades e vulnerabilidades para conversar sobre o que foi mapeado até o momento e se nada ficou de fora. O objetivo desta etapa é fortalecer ainda mais o processo de participação comunitária, incentivando o debate, o compartilhamento de informações e a tomada de decisões coletivas.

É fundamental que, para realizar o envio do material mapeado para a plataforma interativa do Mapa das Periferias, os moradores da comunidade discutam sobre todos os itens identificados e a maneira como eles foram organizados dentro das categorias de potencialidades e vulnerabilidades.

Este momento é importante não apenas para aproximar entendimentos coletivos em relação ao próprio território e ao mapeamento, mas também para deixar claro para a comunidade que, com esta **etapa realizada, os dados coletados serão disponibilizados em uma plataforma pública do Governo Federal.**

Lembram que falamos que todo dado ou informação, ou mesmo a maneira como eles são representados em um mapa, pode ser apenas um pequeno recorte da realidade? Ou somente a visão de mundo da pessoa que foi responsável pelo levantamento daquela informação específica? É justamente por isso que o Mapeamento Popular precisa contar com a colaboração do maior número de pessoas possíveis! A gente não quer um mapeamento que seja a visão de

poucos, né? Queremos que o mapeamento seja a representação das mais diversas vozes e visões que vivem, constroem e reconstróem os territórios periféricos todos os dias.

Depois de definir o melhor lugar para receber a comunidade, é hora de pensar a melhor forma de expor tudo que foi mapeado até ali. Você pode começar mostrando, por exemplo, como era o mapa do seu território no *OpenStreetMap* antes de começar a mapear e, agora, como está com o mapeamento em desenvolvimento. Já vai ser possível mostrar uma diferença bem grande entre esse antes e depois, né? Essas duas imagens podem ser mostradas em um mural, em um celular, no computador ou mesmo em um projetor, **o importante é se adaptar aos recursos que estiverem disponíveis.**

Agora vamos apresentar o mapeamento de potencialidades e vulnerabilidades. Aqui podem ser apresentados todos os mapas que foram construídos nas oficinas de mobilização e do próprio Mapeamento Popular. Uma possibilidade é fazer a apresentação dos mapas conforme a divisão de grupos adotada durante as oficinas. O mapeamento foi feito com crianças? Comerciantes? Instituições locais? Moradores antigos? Organize esse material em um novo mural ou apenas disponha todos os mapas em uma mesa. Existem semelhanças de um mapeamento para o outro? E quais as principais diferenças entre eles? Como esses diferentes mapeamentos se complementam e falam sobre as principais potências e vulnerabilidades do território? É importante chamar o pessoal que participou desse mapeamento para contar sobre como foi esse processo também!



Etapa 04 - Ayrton Senna. Rio Branco/AC, outubro 2024

Depois de apresentar o mapeamento, é hora de tomar nota das considerações dos demais moradores e parceiros presentes. Houve alguma discordância em relação ao que foi mapeado? Ou então, existiu algum elemento extremamente importante de ser inserido nos mapas antes do material ser enviado para o Mapa das Periferias? É importante tomar nota e sistematizar todos os comentários e sugestões propostos de forma a pactuar coletivamente se serão feitas complementações no mapeamento antes de submetê-lo à plataforma, ou se essas considerações poderão ser feitas no futuro em outros processos comunitários.

Agora é hora de falar sobre a importância de compartilhar essas informações. Sua comunidade precisa ser vista, e ninguém melhor para fazer isso do que quem vive nela. Por isso, vamos te dar alguns motivos para publicar sua comunidade no Mapa das Periferias.

Publicar seu território no mapa é importante porque dá visibilidade a uma realidade que muitas vezes é invisibilizada. Ajuda a mostrar tanto as necessidades quanto às potencialidades da sua periferia. Além disso, o mapa é uma ferramenta poderosa na luta por melhorias e por políticas públicas. Ao fazer isso, as pessoas poderão ver, baixar e utilizar esses dados para diversas finalidades, seja para dar voz às lutas do seu território, para pressionar o poder público por políticas públicas ou reivindicação de melhorias. Além disso, o mapa também tem o papel de mudar a imagem negativa que muitas vezes é associada à seu território, mostrando toda força e potencial que o território e seus moradores possuem, inspirando assim outros territórios periféricos a se organizarem.

Mapear e compartilhar esses dados é um importante passo para gerar informações valiosas que fazem toda a diferença. Quando você contribui para que sua comunidade esteja no Mapa das Periferias, você traz uma visão muito mais precisa dos problemas, desafios e soluções que só quem vive no território conhece de verdade. Além do mais, esse processo fortalece o engajamento social, porque os dados passam a ser produzidos e controlados por quem vive a realidade no dia a dia.

E mais, compartilhar esses dados é um ato político. Quando os moradores tomam a frente e mostram o que está acontecendo nas suas comunidades, eles impulsionam a criação de políticas públicas mais justas e adequadas, que realmente atendem às suas demandas. Colocar sua comunidade no Mapa das Periferias é fazer com que ele passe a ocupar um lugar central nas discussões. É um jeito de dizer que os moradores sabem o que precisam e que suas vozes merecem ser ouvidas nas decisões que impactam seu cotidiano.

Ah! E quanto mais pessoas tiverem acesso à realidade da sua periferia, mais oportunidades de parcerias podem surgir, as comunidades se fortalecem, conseguem atrair apoio para projetos sociais e iniciativas que já existem. No final das contas, esses dados têm um enorme potencial para gerar mudanças positivas.

Além disso, o Mapa das Periferias se preocupa com a proteção de dados sensíveis compartilhados do Mapeamento Popular respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que regulamenta e controla o uso de dados e o tratamento de dados pessoais,

como também a privacidade dos mesmos, proporcionando mais privacidade para que você possa submeter os dados dentro da plataforma, garantindo mais segurança aos usuários e aos territórios.

Portanto, é fundamental fechar o ciclo do Mapeamento Popular submetendo os dados mapeados em seu território para serem compartilhados através da plataforma interativa do Mapa das Periferias. Assim, estaremos dando a visibilidade que o seu território merece para incidir em políticas públicas para transformação socioterritorial.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, foi promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, e a livre formação da personalidade de cada indivíduo. A Lei fala sobre o tratamento de dados pessoais, dispostos em meio físico ou digital, feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, englobando um amplo conjunto de operações que podem ocorrer em meios manuais ou digitais.



4. PERIFERIA NO MAPA E AGORA?

Com o território mapeado, não se trata apenas de ter dados em mãos, mas de reconhecer que conhecer o território a partir de quem vive nele é, em si, um ato político. O Mapeamento Popular é mais do que um levantamento técnico: é processo de escuta, construção coletiva de saber e leitura crítica da realidade. Ele confronta a lógica histórica de silenciamento das periferias urbanas, afirmando que quem vive as desigualdades da cidade também tem o direito e a capacidade de planejar seus próprios caminhos.

As informações produzidas de forma situada e construída a partir das próprias referências do território podem se tornar ferramentas estratégicas para ação política. Ao evidenciar pontos de negligência institucional e dar visibilidade às potências existentes — como redes de cuidado, iniciativas culturais, formas coletivas de organização — o mapeamento cria condições concretas para a formulação de propostas e pactos políticos. Entre essas possibilidades, destaca-se a construção de um **Plano de Ação Popular**¹, que pode reunir e priorizar demandas com base no que foi diagnosticado

coletivamente, organizando os próximos passos da mobilização e orientando estratégias de incidência nos diferentes níveis de governo.

Nesse caminho, o grupo que se formou durante o mapeamento pode se reorganizar para assumir novos papéis: quem antes coletava dados agora pode se tornar responsável por sua sistematização e apresentação; mobilizadores podem assumir a frente da articulação com o poder público e parceiros. A incidência política exige continuidade, organização, escuta ativa e disposição para o diálogo. Mais do que reivindicar, é hora de disputar os rumos do território com clareza de projeto e força coletiva.

Esse processo também pode abrir caminhos para novas alianças — ou fortalecer as já existentes — com universidades, coletivos, organizações da sociedade civil, mandatos parlamentares, iniciativas que atuam no território e conexão com outros territórios. A partir do mapeamento, os dados e as narrativas podem servir de ponte para ampliar a visibilidade das pautas locais e criar compromissos mais sólidos com as comunidades periféricas.

1. Um exemplo inspirador é o Plano de Ação Popular do CPX, construído por organizações e lideranças do Complexo do Alemão (RJ) a partir de escutas comunitárias, articulação política e produção coletiva de conhecimento. O plano consolida propostas do território para influenciar políticas públicas e afirmar o protagonismo favelado na luta por justiça urbana. PLANO DE AÇÃO POPULAR DO CPX. Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Plano-de-Acao-Popular-do-CPX.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025

Transformar dados em ação é recusar a ideia de que nosso papel se limita à denúncia. É reafirmar que somos sujeitos políticos, capazes de propor e construir. Cada pessoa que participou do mapeamento agora carrega um pedaço dessa trajetória coletiva — e esse caminho não termina aqui. O mapeamento popular é só o começo. O que vem agora é a construção de estratégias, planos, alianças e ações capazes de afirmar: o território tem voz, tem projeto de futuro e tem poder de articulação. Que venham os próximos passos — com ânimo, organização e luta compartilhada.

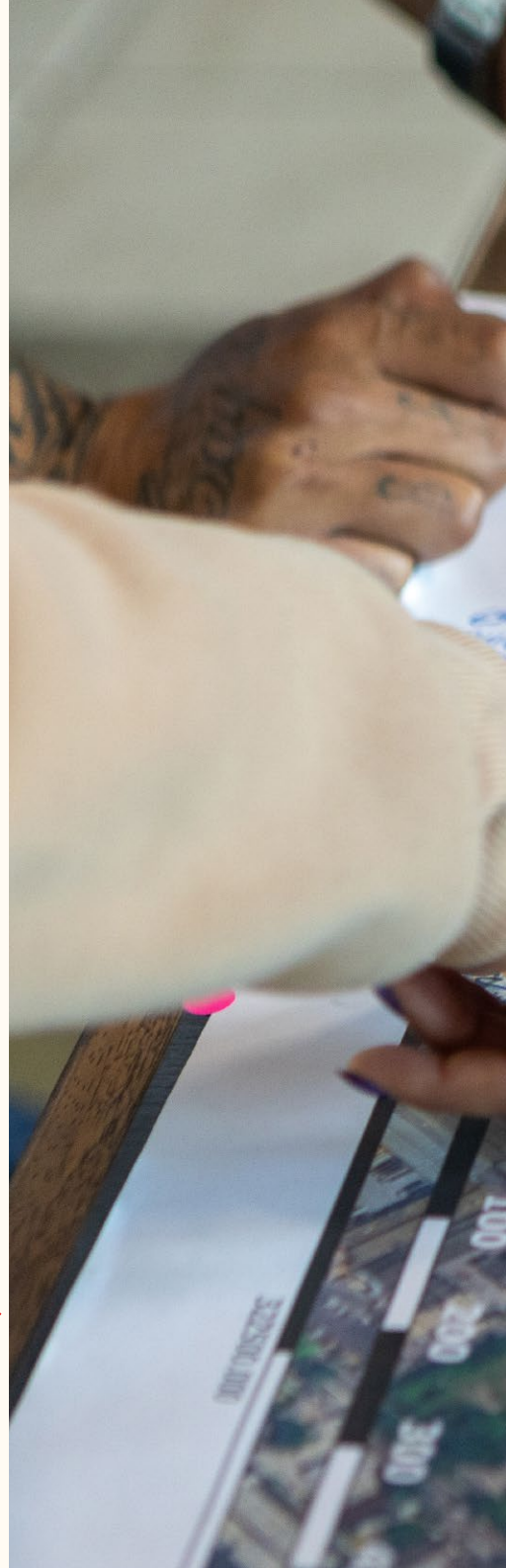
VOCÊ SABIA?



A Rede Nós Periféricos e a articulação Periferia no Mapa se propõem a oferecer oportunidades que visam melhorar as condições de atuação de lideranças, desenvolvimento de iniciativas ou melhorias nas comunidades; atividades que estimulam o engajamento e a conexão entre os protagonistas de iniciativas e a Secretaria Nacional de Periferias; e novidades como ações e políticas, a exemplo de editais, cursos, oficinas, mentorias ou encontros, reunidos em torno da rede e com o objetivo de fortalecer a atuação nos territórios periféricos.



Acesse [aqui](#)



Cidadania (P)



Nome do território: Vila Nova Jaguaré

Categoria mapeada: 4. Cidadania

Subcategoria mapeada: 2. Saúde (Hospitais, UBS, UPA, Clínicas da Família)

Qualificador subcategoria: 2. Potencialidade

Descrição: Ubs - pronto socorro

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em: 16 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. 2024. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm> acesso em: 18 de março de 2024.

BRASIL. Presidência da República. Ministério das Cidades. Mapa das Periferias. Sobre o Mapa das Periferias, 2024. Disponível em: <<https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/>> acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

BRASIL. Presidência da República. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional das PERiferias. Sobre a Secretaria, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/secretaria-nacional-de-periferias/secretaria-nacional-de-periferias>> acesso em: 23 de julho de 2024.

CASTREGHINI, Maria Isabel Freitas. Da cartografia analógica à neocartografia: nossos mapas nunca mais serão os mesmos? Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, 2014.

COSTA, Nátane Oliveira da et al. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. Esp. V CBEAGT, p. 73-86, 2016.

D'ANDREA, Tiaraju. **Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos.** Dossiê Subjetividades periféricas. Novos estudos, CEBRAP, São Paulo, v 39 n 01. 19-36, jan. – abr. 2020FITZ, Paulo Roberto Gomes. Cartografia Básica. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

PAULA, A. G. O.; CHAVES, Y. T.; SOUZA, W. F.

O OpenStreetMap como ferramenta para um mapeamento colaborativo no campus do Itaperi – Universidade Estadual do Ceará. 2024. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/sbgfa/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV206_MD1_ID237_TB898_05092024205034.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2024.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. Coletâneas. Volumes, v. 1, 2007.

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

Sites da internet

CORREIOS. Tudo sobre CEP. Disponível em: <<https://www.correios.com.br/enviar/precisa-de-ajuda/tudo-sobre-cep>> acesso em: 14 de dezembro de 2024.

ESCOLA DE DADOS. Para iniciantes: o que são dados?. Disponível em: <<https://escoladedados.org/tutoriais/o-que-sao-dados/>> acesso em: 14 de dezembro de 2024.

GOV.BR. Informações Geoespaciais.

Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/infraestrutura-nacional-de-dados/geoinformacao>> acesso em: 14 de dezembro de 2024.

SESC. Tecnologias Livres. Disponível em:

<<https://www.sescsp.org.br/editorial/vamos-falar-de-tecnologias-livres/>> acesso em: 14 de dezembro de 2024.

ATLAS ESCOLAR IBGE. Coordenadas

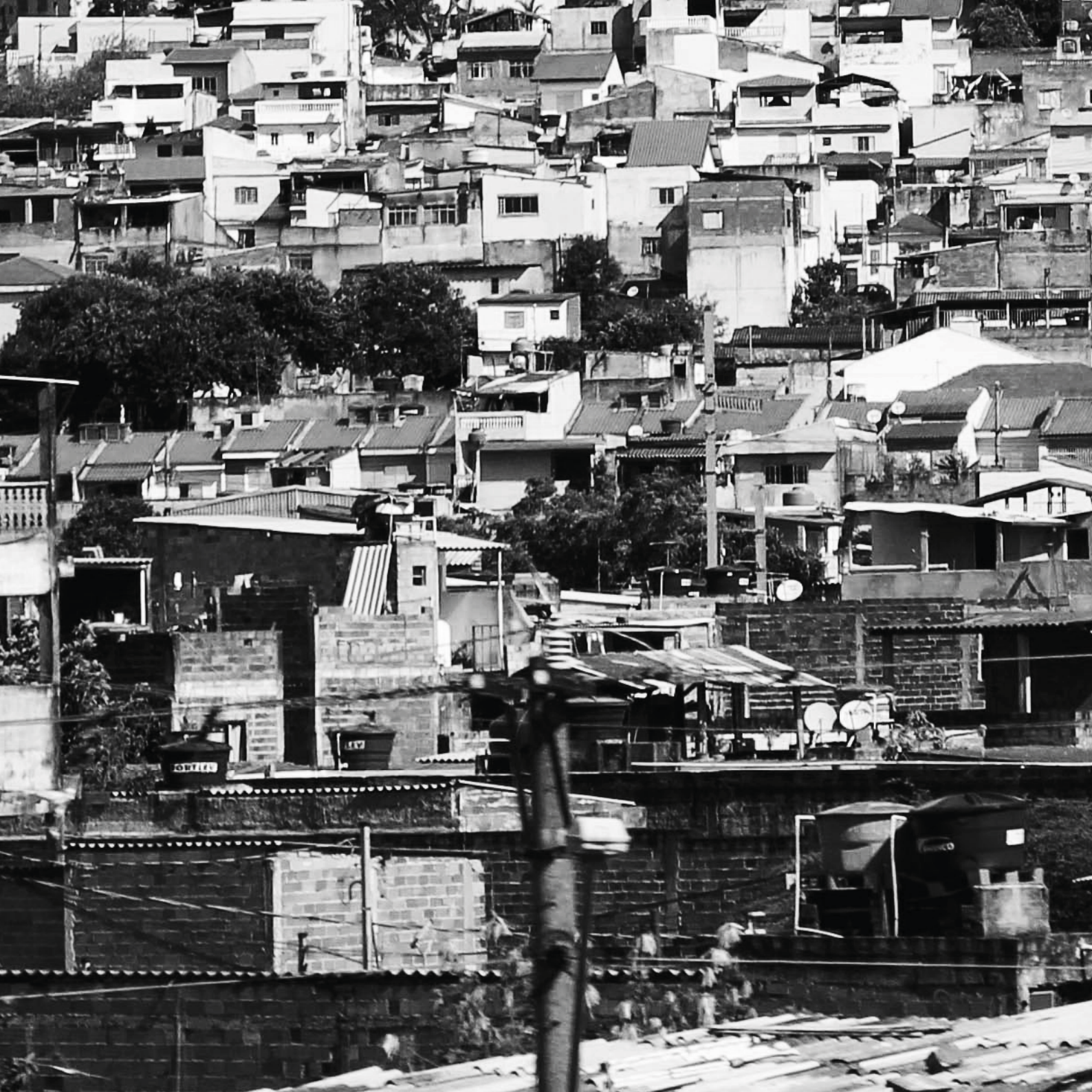
Geográficas. Disponível em: <<https://atlasescolar.ibge.gov.br/cartografia/21730-coordenadas-geograficas.html>> acesso em: 14 de dezembro de 2024.

O que é a mobilização. Disponível em:

<<https://rabiscodahistoria.com/a-importancia-da-mobilizacao-social-na-construcao-de-uma-sociedade-mais-justa/>> acesso em: 14 de dezembro de 2024.

WIKIPEDIA. OpenStreetMap. Disponível

em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/OpenStreetMap>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2024.







MINISTÉRIO DAS
CIDADES

